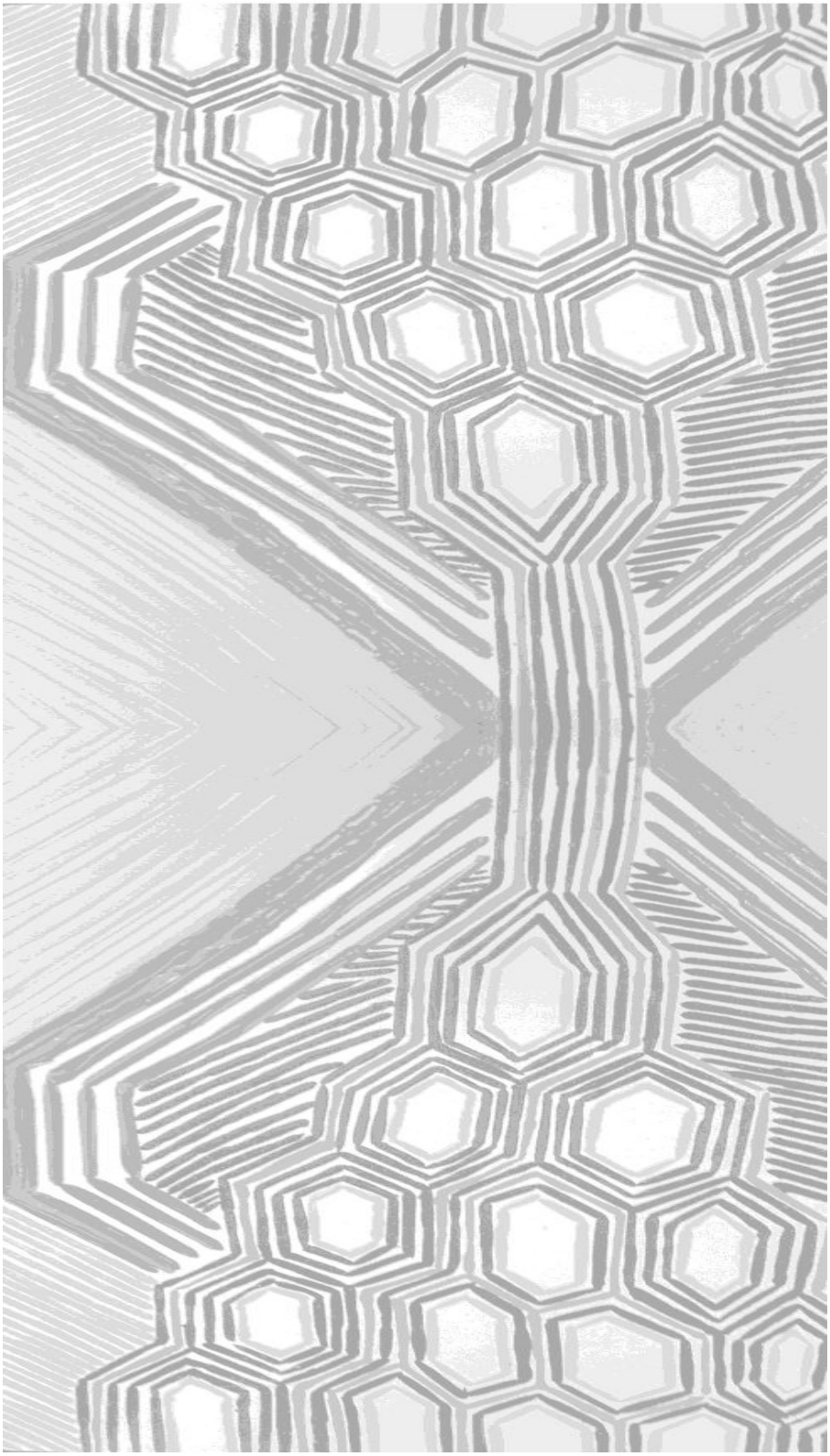
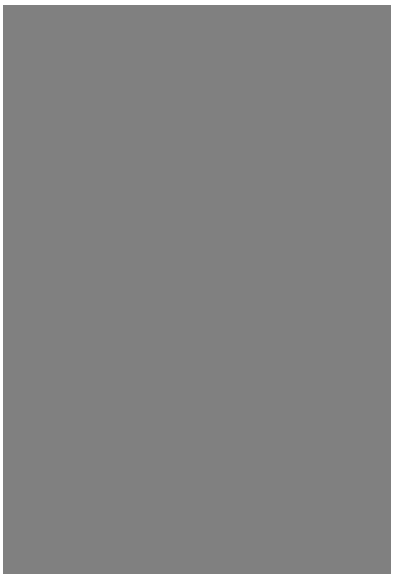


.



I aossep oviuqrA

À minha falecida avó indígena Maria de Lourdes, que, no início do século XX, teve seu pai desaparecido por ação colonizadora no estado da Paraíba. Suas quatro filhas indígenas, ainda adolescentes, migraram

.
.
.
.
.
.
.
.

Dedicado a Marina (que eu apelidei Juçara em outros textos meus), esposa do líder indígena Guarani Sepé Tiaraju, século XVIII.

Ela representa o início da solidão das mulheres motivada pela violência e pelo racismo.

-
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.

Muitas famílias indígenas foram separadas pelas invasões estrangeiras. Invasões do passado, invasões do presente, invasões do futuro. No passado, as frentes de expansão econômica, as frentes missionárias e as frentes de atração eram as causas das transformações sociais das populações indígenas. Varicela, escarlatina, varíola, sarampo, gripe e tuberculose, em 1763, fizeram 7.414 vítimas! O padre Fernandez escreveu, em um de seus relatórios, que os portugueses e os mamelucos de São Paulo tinham assassinado, em 130 anos, 2 milhões de índios Guarani nas bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Muitos desses indígenas foram, capturados, levados para São Paulo, para o Rio de Janeiro e até

para o Nordeste brasileiro. Em 1729, a chamada República Guarani somava um total de 131.658 indígenas escravizados. Os exércitos português e espanhol, na batalha de 7

de fevereiro de 1756, próxima a Bagé (sudoeste do Rio Grande do Sul), assassinaram Sepé Tiaraju e mais 10 mil Guarani. Sua esposa, Marina (Juçara), levaria às costas a menina recém-nascida que Sepé jamais veria. Era o início da solidão das mulheres, motivada pela violência, pelo racismo e por todas as formas de intolerância referentes inclusive à espiritualidade e à cultura indígenas.

Durante o processo de escravidão indígena, muitos pais e famílias realizavam o suicídio em massa contra essa forma de opressão.

Despencavam dos penhascos. Isso era um ato de resistência. Então, percebemos que muitas famílias sofreram a separação, e é a esse enfoque que nos reportamos. Entre as causas da separação das famílias estão a violência aos territórios imemoriais dos povos indígenas e a migração compulsória. Isso provocou insegurança familiar, distúrbios, medo e pânico, causando loucura, violências interpessoais, suicídios, alcoolismo, timidez e a baixa autoestima diante do mundo. Tudo isso motivado pelo racismo contra povos indígenas e em prol da colonização europeia. E mais: a destruição dos cemitérios sagrados dos povos indígenas, que representam uma forte referência cultural, fez com que famílias perdessem definitivamente o elo com seus ancestrais, causando a desintegração cultural e espiritual.

.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.

Dando um salto cronológico na história, já na segunda década do século XX, a violação aos direitos humanos dos povos indígenas continua. E, aqui, contamos não um caso particular, mas um caso comum a milhares de brasileiros, migrantes indígenas. Conta-se que o índio X, pai das meninas Maria de Lourdes, Maria Isabel, Maria das Neves e Maria Soledad, por combater a invasão às terras tradicionais no Nordeste, foi assassinado cruelmente, segundo palavras de uns velhos que encontrei um dia. Amarraram-lhe pedras aos pés, enfiaram um saco em sua cabeça e o arremessaram ao fundo das águas do litoral paraibano. A família colonizadora inglesa Y ainda fez desaparecer muitos pais e avós de família. Quase 70 anos depois, a empresa Z foi à falência e nunca se fez justiça a esses crimes organizados, objetivando interesses políticos e econômicos locais.

As filhas do índio X e toda a sua família, amedrontadas, assim como outras famílias, migraram para Pernambuco, nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 1928, nascia a pequena Elza, filha de Maria de Lourdes, fraquinha e enferma – tanto pelas condições de vida de sua família quanto por sua própria mãe ter somente 12 anos, uma menina ainda em formação, violentada sexualmente pelo colonizador. Pouco tempo depois, toda a família migrava de novo para o Rio de Janeiro, em um navio subumano que trazia os nordestinos para o sul do Brasil. Sem conhecer ninguém e completamente empobrecida, a família indígena permaneceu por uns tempos nas ruas. Quando Maria de Lourdes, índia, mulher, analfabeta, paraibana, nordestina e já separada do homem que lhe fez mais dois filhos, conseguiu trabalho, se estabeleceu com a família em uma área de prostituição chamada Zona do Mangue, próxima à Estação Ferroviária da Central do Brasil, na Praça XI, propriamente à rua General Pedra.

Para que Maria de Lourdes pudesse trabalhar, a debilitada Elza tinha de tomar contar de seus dois irmãos. Ia à escola, levando-os junto,

um no colo e outro pela mão. Elza, no começo da adolescência, acabou permanecendo seis meses entrevada na

.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.

cama por uma doença nos ossos. Mais ou menos oito anos depois, a jovem Elza casou-se e teve dois filhos: um menino e uma menina. Lamentavelmente, seu marido foi atropelado por um bonde na cidade e morreu, ficando órfãs as suas crianças. A história se repetiu na vida de Elza, tornando-se só, como sua mãe Maria de Lourdes, e sofrendo todas as consequências de uma mulher sozinha em uma sociedade em que o pátrio poder dominava.

Em 1956, quando a filha de Elza já tinha 6 anos de idade, Maria de Lourdes, mulher indígena, analfabeta, paraibana, nordestina e, então, quase mão de obra escrava nas feiras cariocas, iniciou o processo de criação da menina, para ajudar Elza, que trabalhava como faxineira em uma empresa.

A menina, então, foi criada a sete chaves, dentro de um quarto mal iluminado, e quase nunca saía. Quando via o Sol, desmaiava. As necessidades fisiológicas e os banhos eram realizados ali mesmo. A cozinha apertada e fora da casa era cenário das caçarolas expostas; os peixes e carnes-secas eram pendurados como se fossem roupas no varal ou expostos no telhado para secar, sendo constante a presença de mandioca, fruta-pão, inhame, banana-da-terra e frutas em geral. Quando conseguiam, comiam caranguejo e o caldo com

farinha, fazendo bolinhas com a mão. Presume-se que a índia Maria de Lourdes mantinha a pequena menina Potiguara no quarto objetivando a preservação de sua identidade moral, física e psicológica, pois viviam em uma área socialmente comprometida. Além disso, havia uma colônia de estrangeiros que vieram imigrados da Europa, fugindo da Segunda Guerra Mundial, como carvoeiros italianos, bananeiros portugueses e comerciantes espanhóis. Maria de Lourdes era uma curandeira: não só curou pessoas estranhas como também dois tumores de sua neta, alojados um no olho outro no mamilo, com uma mistura de minhoca amassada, teia de aranha e visgo de jaca. Ela trocava essa composição diariamente, por um período de mais de quinze dias.

Ali, naquele pequeno mundo ou, politicamente situando, naquele pequeno gueto indígena, a menina foi ouvindo as histórias indígenas de suas tias, tias-avós (aquelas quatro adolescentes filhas do índio X) e mãe, todas mulheres indígenas,

.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.

migrantes de suas terras originais. Com exceção da tia Evanilda, todas se casaram e, tempos depois, os maridos foram embora ou morreram, ficando as mulheres sozinhas com os filhos para criar e enfrentando o racismo e a intolerância da sociedade. A menina a que nos referimos teve como cenário de vida essa história e tornou-se uma pessoa muito observadora, calada, sensível e espiritualizada, herança dessas mulheres indígenas que, mesmo fora das terras

originais e violentadas pelo processo histórico, político e cultural, mantiveram sua cultura, seus hábitos tradicionais e, principalmente, seus laços com os ancestrais, a cosmologia e a herança espiritual.

Quando a menina começou a ir à escola, era a sua avó que a levava diariamente e permanecia do lado de fora das grades, tomando conta, observando todas as ações da neta. A menina nunca podia falar com as outras crianças, não conseguia se relacionar ou brincar com elas, principalmente porque a estigmatizavam por ser indígena e por sua avó ter hábitos de uma avó diferenciada. Aquela avó tinha peitos grandes, caídos, barriga inchada, vendia bananas, tinha algum pedaço de ouro nos dentes, misturado às grandes falhas, como uma necessidade de elevar seu nível social que testemunhava a pobreza. *Mas sua fala, seu sotaque e seus hábitos denunciavam sua condição de migrante indígena* e as crianças e adolescentes debochavam cruelmente, em uma atitude xenófoba, que deixava Potiguara extremamente infeliz, sentindo-se feia, magra e menor, não conseguindo compreender o sentido daquilo tudo.

Porém, com a cultura indígena recebida no gueto familiar, o amor e a dedicação que tinha aos livros, Potiguara (com i e não com y) foi crescendo. Sua avó, analfabeta, sempre solicitava que a menina, já com 7 anos, escrevesse cartas a uma determinada pessoa na Paraíba e sempre chorava ao receber as respostas. Por isso, a avó bebia demais, bebia cachaça pura, que era escondida atrás das panelas, sob a pia enegrecida pelo limo e pelo tempo de uso. Carlos Alberto, irmão da menina, às vezes, despejava a bebida no ralo e substituía por água, o que deixava a idosa Lourdes revoltada. Foi assim que Potiguara começou a escrever, absorta nas histórias da própria avó e no sentimento que tudo isso

.
.
.
.
.
.
.
.

envolvia. As histórias reais de sua avó a levavam para um mundo mágico e literário.

Quando a “encarcerada domiciliar” se tornou professora primária, “o orgulho da família pobre, indígena e desaldeada”, a sua consciência crítica estava borbulhando a ponto de explodir.

Ao tomar contato com a filosofia de educação do professor Paulo Freire, um dos maiores educadores populares do Brasil, perseguido pela ditadura militar e exilado no Chile e na África, a menina – agora mulher – ganhou o mundo. Incentivada por sua avó, já falecida pelos maus-tratos da migração, e pelo cantor e comunista, de origem indígena Charrua, o inesquecível Taiguara, com o qual se unira em 1978, Potiguara fez o retorno ao inconsciente coletivo visitando nações indígenas e perseguindo, sem medir esforços, a verdadeira história de sua tão sacrificada, marginalizada e discriminada família migrante do nordeste brasileiro, uma das áreas mais pobres do país. Nas cidades de Santa Maria, Bagé, Santo Ângelo e cidadelas próximas à fronteira do Uruguai, em 1978, pôde conhecer as mulheres indígenas que testemunhavam em suas peles e rugas o sofrimento que causava a violação dos direitos dos povos indígenas. Ali começou a segunda etapa de seu diálogo com as mulheres indígenas. Pensava, já naquela época, na organização e na articulação das mulheres indígenas. Há quase quatro décadas!

Visitou as terras imemoriais de sua mãe, de sua avó paraibana e de seus ancestrais espirituais. Ali sentiu a essência da existência humana, o seu cordão umbilical queimava e seus pés não andavam: flutuavam... Foi lá que, em 1979, conheceu um senhor muito velhinho e cego, o índio Potyguara, a quem chamavam de Sr. Marujo, com cerca de 90 anos, que narrou como se deu a retirada daquela família específica do local, por volta de 1927. Foi impactante porque eram todas mulheres, as quatro filhas do índio X, mais a mãe Maria da Luz. Sua avó, a menina Maria de Lourdes, com apenas 12

anos, já era mãe solteira, vítima de violação sexual praticada por colonos que trabalhavam para a família inglesa Y, que escravizava a população indígena no plantio do algodão.

Com esse testemunho, a nova cidadã, agora sabedora de suas raízes, tinha a certeza de que estava em casa e queria resgatar e preservar essa cidadania. Entrou para o movimento indígena,

arquitetou políticas de resistência, fez um trabalho de campo que sensibilizou muitas pessoas, mas esbarrou com as forças reacionária, política e econômica locais que quase a mataram, por querer noticiar os fatos arbitrários e por disseminar a conscientização dos Direitos Indígenas entre aquele povo, que, na época, sofria o impacto sociopolítico e ambiental do arrendamento de terras indígenas e suas trágicas consequências. Sofreu humilhações públicas, ameaças de morte, extorsões e difamações em jornais de renome e em jornais locais. Sofreu também abuso sexual, o que prejudicou sua imagem moral, afetou seu trabalho, seu lado psicológico e o de seus filhos.

Para não prejudicar a imagem histórica, política e social de um povo, teve de se calar na época, sendo levada pela Polícia Federal, na frente de seus filhos, como se fora uma assassina. Teve de depor na Procuradoria do Estado, na época do governo de Fernando Col or, e

retirar-se, constituindo, assim, um ato de respeito e desapego à história de seu povo, após uma ação de solidariedade internacional do Pen Club da Inglaterra e da organização internacional denominada Escritores na Prisão, que defendiam os Direitos Humanos em seus países. Essa ação de solidariedade foi indicada por Genaro Bautista, índio mexicano, escritor, jornalista e coordenador do Agência de Imprensa Indígena (Aipin).

Analisando esses fatos que ocorreram no final do século XX, percebemos que a causa principal dos conflitos, dissabores, amarguras e solidão está lá! Lá no início do século XX, quando o índio X foi dado como desaparecido e sua família mutilada. E a violência, a intolerância e o racismo aos direitos indígenas se arrastaram por muitos e muitos anos e séculos, vindo a prejudicar dezenas de vidas e de relações interpessoais. Assim está formalizada a história de muitas famílias indígenas que se separaram de seu território tradicional e de seus parentes. Esse é um caso a ser estudado também e que deve se constituir em um inquérito a partir de estudos antropológicos baseados em histórias e testemunhos, para que se consiga resgatar a dignidade e a

.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.

cidadania dessas famílias discriminadas, exploradas e escravizadas por milhares de processos colonizadores ao longo do território nacional, como é o caso também dos Povos Ressurgidos e dos Quilombolas.

A história aqui narrada não é um caso incomum. A diferença é que, aqui, está tendo visibilidade, quando a esmagadora maioria de famílias indígenas violentadas, que continua em aldeias indígenas ou que faz parte das famílias desaldeadas ou desestruturadas, permaneceu calada, enferma, enlouquecida, isolada na sociedade envolvente. Famílias caladas pela pressão política, social e econômica ou por desconhecerem os seus direitos ou, até mesmo, por vergonha. A vergonha é o resultado do estigma. A paraibana Maria de Lourdes, a avó da menina, tinha vergonha de sua história, assim como muitos indígenas desaldeados das terras amazônicas. A vergonha se transforma em medo, medo da discriminação social e racial.

Esse tipo de violência e racismo e a migração dos povos indígenas de suas áreas tradicionais merecem estudos, pois essas situações não têm visibilidade no país, assim com a situação das mulheres indígenas que sofrem abuso, assédio, violência sexual, que se tornam objeto de tráfico nas mãos de avarentos e degradados nacionais e internacionais não é divulgada. Essa é a causa que estamos levantando!

Os conflitos entre povos e o poder, no mundo inteiro, têm causado migrações, deslocamentos (esses povos são obrigados a se deslocar e a fugir por diversos motivos, sejam guerras locais, sejam internacionais, conflitos de raça, etnia ou religião). Muitas consciências já se levantaram contra essa situação e, principalmente, contra as consequências desses deslocamentos de povos de seu habitat natural, constituindo-se no chamado racismo ambiental. Muitos organismos da Organização das Nações Unidas (ONU) têm tratado desse ponto com considerável atenção. E as mulheres e as crianças são os mais atingidos nesses casos.

Sobre as mulheres indígenas, a violação aos seus direitos humanos as tem conduzido às mãos de homens corruptos que as seduzem por um prato de comida, por programas ou eventuais promessas, que confundem esse universo feminino, pois essas mulheres têm valores e tradições totalmente diferentes do mundo

urbano, envolvente e masculino. Temos como exemplo o caso de algumas mulheres indígenas Yanomami (Roraima), que, há mais de uma década, são conduzidas à prostituição, ludibriadas por soldados ou comerciantes.

Em 1996, um chefe indígena no Brasil Central passou por uma situação muito humilhante perante os parentes de seu povo. Sua esposa partiu com um comerciante local, estranho à sua etnia. As mulheres indígenas, em suas comunidades, acabam sendo iludidas pelo encantamento e pelas condições da sociedade envolvente, assim, centenas delas acabam por sair de suas casas para a insegurança das cidades próximas ou das grandes cidades.

Isso constitui tráfico de mulheres, pois a maioria acaba sendo empregada como doméstica com mão de obra quase escrava.

Podemos tomar como exemplo o depoimento de Deolinda Prado, índia Dessana (Amazonas), dado ao Grupo Mulher-Educação Indígena (Grumin) há quase trinta anos, quando eu estive lá, que motivou a criação do primeiro núcleo de apoio às empregadas indígenas em Manaus, a Associação de Mulheres do Alto Rio Negro (Amarn).

As mulheres indígenas também vão trabalhar como operárias mal remuneradas ou nas grandes plantações dos latifundiários, em um sistema de cativeiro, trocando seu trabalho por latas de sardinhas e nunca conseguindo pagar sua dívida com o contratante. Outras

vezes, vão morar com homens sem caráter que as transformam em objeto de cama e mesa, submetidas a agressões físicas e parindo dezenas de filhos, para viverem, miseravelmente, nas casas de palafitas na Amazônia, dentro e fora do Brasil, ou sobreviverem em favelas contaminadas moral, social, política e fisicamente. Muitas vezes, trabalham somente pelo prato miserável de comida ou por um pouco de farinha de mandioca.

Atualmente, com o apelo da comunicação de massa, muitas meninas e adolescentes querem projetar-se nos louríssimos símbolos sexuais das grandes redes de televisão, atuais modelos de beleza brasileira que deixam os homens enlouquecidos e supérfluos. É o que acontece com centenas de mulheres indígenas que se dirigem aos grandes centros urbanos como Manaus, Belém, Boa Vista, Recife, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e demais capitais

.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.

do Brasil. Muita gente desatenta pode criticar, conduzindo seu raciocínio para um julgamento injusto e intolerante, do tipo: “Essa população, então, não preserva mais os seus valores, já quer o mundo da sociedade envolvente!”. Outra forma de escravidão de mulheres indígenas é a constatação da presença delas em prostíbulos e em zonas de meretrício, onde vendem seu corpo por migalhas, contraindo Aids e outras doenças sexuais. Criando crianças sem futuro, famintas ou portadoras do vírus HIV.

O sistema político, que deveria garantir o direito territorial dos povos indígenas, a preservação cultural e sua dignidade, nada faz.

Entra governo e sai governo e as terras indígenas não são priorizadas, tampouco os direitos constitucionais e imemoriais desses povos são considerados. Os povos, há séculos, sobrevivem em um clima constante de insegurança, não se sabendo se aquele local em que estão enterrados seus mortos será o território de seus filhos!

Os instrumentos jurídicos internacionais resultantes das Conferências sobre o Meio Ambiente Humano1 organizadas pela ONU estão aí para serem aplicados pelos governos. Mas cada vitória da população oprimida do mundo é uma nova batalha para que os governos ponham em prática os direitos conseguidos.

Jurupiranga e Cunhataí são dois personagens do texto *Ato de amor entre povos*, de minha autoria, reproduzido nas próximas páginas, que sobreviveram à colonização e, poeticamente, vão nos contar as suas dores, lutas e conquistas. Esses personagens são atemporais e sem locais específicos de origem. Eles simbolizam a família indígena e o amor, independentemente de tempo, local, espaço onírico ou espaço físico; eles podem mudar de nome, ir e voltar no tempo e no espaço. Na sequência, há outros poemas também de minha autoria que falam do mesmo assunto.

1 Conferência de Estocolmo (Estocolmo, 1972); Eco 92 ou Rio 92 (Rio de Janeiro, 1992); Rio+10 ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Johanesburgo, 2002); Rio+ 20 (2012).

BRASIL

Que faço com a minha cara de índia?

E meus cabelos

E minhas rugas

E minha história

E meus segredos?

Que faço com a minha cara de índia?

E meus espíritos

E minha força

E meu Tupã

E meus círculos?

Que faço com a minha cara de índia?

E meu Toré

E meu sagrado

E meus “cabocos”

E minha Terra?

Que faço com a minha cara de índia?

E meu sangue

E minha consciência

E minha luta

E nossos filhos?

Brasil, o que faço com a minha cara de índia?

Não sou violência

Ou estupro

Eu sou história

Eu sou cunhã

Barriga brasileira

Ventre sagrado

Povo brasileiro.

Ventre que gerou

O povo brasileiro

.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.

Hoje está só...

A barriga da mãe fecunda

E os cânticos que outrora cantavam

Hoje são gritos de guerra

Contra o massacre imundo.

INVASÃO

Quem diria que a gente tão guerreira

Fosse acabar um dia assim na vida.

Quem diria que viriam de longe

E transformariam teu homem

Em ração para as rapinas.

Quem diria que sobre os escombros

Te esconderias e emudecerias teu filho – fruto do amor.

Cenário macabro te é reservado.

Pra que lado tu corres,

Se as metralhadoras e catanas e enganos

Te seguem e te mutilam?

É impossível que mulher guerreira

Possa ter seu filho estrangulado

E seu crânio esfacelado!

Quem são vocês que podem violentar

A filha da terra

E retalhar suas entranhas?

EU NÃO TENHO MINHA ALDEIA

Aos que não puderam encontrar sua aldeia, mas encontraram sua essência

Eu não tenho minha aldeia

Minha aldeia é minha casa espiritual

Deixada pelos meus pais e avós

A maior herança indígena.

Essa casa espiritual

É onde vivo desde tenra idade

Ela me ensinou os verdadeiros valores

Da espiritualidade

Do amor

Da solidariedade

E do verdadeiro significado

Da tolerância.

Mas eu não tenho minha aldeia

E a sociedade intolerante me cobra

Algo físico que não tenho

Não porque queira

Mas porque de minha família foi tirada

Sem dó, nem piedade.

Eu não tenho minha aldeia

Mas tenho essa casa iluminada

Deixada como herança

Pelas mulheres guerreiras

Verdadeiras mulheres indígenas

Sem medo e que não calam sua voz.

Eu não tenho minha aldeia

Mas tenho o fogo interno

Da ancestralidade que queima

Que não deixa mentir

Que mostra o caminho

Porque a força interior

É mais forte que a fortaleza dos preconceitos.

.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.
.

Ah! Já tenho minha aldeia

Minha aldeia é Meu Coração ardente

É a casa de meus antepassados

E do topo dela eu vejo o mundo

Com o olhar mais solidário que nunca

Onde eu possa jorrar

Milhares de luzes

Que brotarão mentes

Despossuídas de racismo e preconceito.